

TEORIA DO DESENVOLVIMENTO NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO

ODS 4

Guilherme Nepomuceno dos Santos (Universidade de Taubaté)
Vinicius Feres Laud (Universidade de Taubaté)
Edson Trajano Vieira (Universidade de Taubaté)

Resumo

Em um contexto de reformas educacionais e mudanças curriculares no país, o presente artigo busca analisar a presença e o tratamento do conceito de desenvolvimento nos materiais didáticos digitais disponibilizados pelo Estado de São Paulo para as disciplinas de Geografia e História da 3ª série do Ensino Médio, com foco na teoria do desenvolvimento. A pesquisa é de natureza qualitativa e documental, de forma a utilizar o software Iramuteq para análise dos conceitos presentes nos slides digitais. Os resultados apontam que o conceito mais recorrente nos materiais é o de desenvolvimento sustentável, seguido de variações relacionadas ao desenvolvimento econômico e humano. Isso reflete uma adequação às políticas educacionais alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). A plataformização da educação enquanto política e projeto aponta para a crescente presença de empresas privadas de tecnologia no processo educacional. Esse fenômeno, embora contribua para a modernização e expansão do acesso ao ensino, levanta questões quanto à qualidade da formação oferecida e à autonomia dos professores no processo pedagógico. Com isso, a pesquisa conclui que a relação entre os materiais didáticos digitais do Estado de São Paulo e a teoria do desenvolvimento está fortemente influenciada por agendas globais e pelo foco no uso de plataformas digitais, frente ao conteúdo curricular. O que pode limitar discussões mais amplas sobre desenvolvimento humano e social e manter a política de subdesenvolvimento no Brasil.

Palavras-chave: Teoria do desenvolvimento; Educação; Materiais didáticos.

Introdução

As políticas educacionais no Brasil são desenvolvidas a partir das especificidades das mudanças do tempo histórico. Ao estudar a história da educação brasileira, observa-se que ela foi inicialmente idealizada pelas forças conservadoras e patrimonialistas características das elites oligárquicas tanto no século XIX quanto ainda nas primeiras décadas republicanas (Bruno, 2011).

As transformações possíveis a partir da globalização na sociedade brasileira, anunciadas desde meados do século passado, vem dinamizando as relações desenvolvidas no ambiente escolar, a questão dos materiais didáticos dá-se neste contexto. De forma que, é notável que as Tecnologias Digitais de Informação estejam cada vez mais presentes na realidade escolar, tal presença tecnológica tornou-se ainda mais evidente no cenário da pandemia de covid-19.

Tais modificações estão diretamente ligadas ao estudo do desenvolvimento, tendo em vista que a política educacional possibilita maior mobilidade social, diminui a desigualdade de renda e leva a expansão das capacidades humanas, do conhecimento e do progresso técnico de maneira geral, o que pode ser caracterizado como desenvolvimento endógeno (Júnior, 2014; Brandão, 2015; Barros, Henrique, Mendonça, 2002).

No ano letivo de 2020, o Estado de São Paulo instituiu o Programa Centro de Mídias da Educação de São Paulo (CMSP) a partir do Decreto^o 64.982 de 15 de maio 2020, com o qual foi proposto o ensino remoto com uso de plataformas digitais tendo por objetivo implementar a educação estadual mediada por tecnologia para gerar conhecimentos educacionais e oportunidades de aprendizado mediante o contexto pandêmico.

Em 2023, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo estabeleceu materiais pedagógicos próprios para as redes de ensino do estado, de forma a propor uma rejeição aos livros didáticos oferecidos pelo governo federal a partir do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o que não foi praticado. Estes materiais próprios são constituídos por livros didáticos impressos “Currículo em Ação”

apresentações de slides digitais disponibilizadas pela plataforma do CMSP. Estes últimos são o foco do presente trabalho.

Atualmente, o CMSP segue como plataforma mediadora da prática de ensino-aprendizagem para as turmas do Ensino Fundamental e Médio do Estado de São Paulo, de modo que, o material didático dos slides é utilizado para as aulas da rede estadual e divulgado pela rede como subsídio tanto de estudo para os estudantes quanto contribuição para formação dos professores da rede (Saluceste, Alves e Santos, 2024; Mendonça e Favero, 2020).

Tendo em vista o atual cenário nacional da educação básica, em que foram instituídos o Novo Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) pelo Ministério da Educação (MEC), com apoio de instituições e corporações, sob a justificativa de necessária mudança educacional mediante os índices apresentados no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), é necessário compreender o contexto de mudanças na educação básica empreendidas na última década em cenário nacional e estadual.

No Estado de São Paulo, o Decreto nº 64.187 (17/04/2019) teve por objetivo iniciar a construção de um plano de educação integral no tempo parcial para os anos finais do ensino fundamental com o intuito de preparação para a reforma do Novo Ensino Médio, bem como reorganizar o Currículo Paulista (CP) de acordo com a BNCC (Saluceste, Alves e Santos, 2024).

Com isso, o presente artigo busca analisar os slides digitais do Estado de São Paulo, de forma a relacionar o conteúdo trabalhado nas disciplinas de Geografia e História da 3ª série do Ensino Médio à teoria do desenvolvimento e problematizar as políticas educacionais quanto ao projeto de desenvolvimento nacional. Tem-se como problema do presente trabalho: De que maneira a teoria do desenvolvimento é abordada nos materiais didáticos digitais utilizados no ensino de História e Geografia na 3ª série do Ensino Médio no Estado de São Paulo?

Revisão de literatura

Enquanto campo do saber, a teoria do desenvolvimento originou-se da Economia e das Ciências Sociais e, a partir da segunda metade do século XX,

passou a ser estudada a partir de outras vertentes das Ciências Humanas e Sociais, em uma trajetória que pode ser classificada como interdisciplinar.

Para Santos (2014), o conceito do desenvolvimento é multidimensional e tem se desenvolvido historicamente a partir de três frentes epistemológicas: desenvolvimento como crescimento econômico, desenvolvimento como satisfação das necessidades básicas e desenvolvimento como elemento de sustentabilidade socioambiental.

Com isso, a pesquisa em desenvolvimento pode abranger diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, de forma a estar relacionada às instituições e grupos sociais que constroem o desenvolvimento local, regional e nacional mediante às dinâmicas sociais e históricas (Vieira e Santos, 2012).

Antunes (2017) indica que enquanto no século XX a educação do capital defendia o utilitarismo fordista, atualmente, essa educação do capital toma outros rumos e deve ser ágil, flexível e enxuta. A relação de tais dinâmicas históricas da educação pode ser, então, estudada a partir das políticas educacionais e dos materiais didáticos utilizados em sala de aula, como é proposto no presente artigo.

Desse modo, faz-se importante questionar a relevância da interdisciplinaridade frente ao estudo do desenvolvimento, sobretudo ao considerar as propostas na educação básica brasileira e paulista a partir das reformas e legislações, das quais pode-se destacar o Novo Ensino Médio e a BNCC.

A BNCC e o Novo Ensino Médio são políticas educacionais pautadas na flexibilização do currículo escolar. Com o Novo Ensino Médio, foram implementados itinerários formativos que permitem os alunos a escolherem os percursos que desejam seguir, ampliou-se a carga horária e a oferta de escolas em ensino integral, e propôs-se expandir o ensino técnico profissional.

No entanto, os efeitos do Novo Ensino Médio, para Cássio e Goulart (2022), têm sido a fragmentação do ensino médio, a superficialização da formação escolar e a criação de barreiras para o ingresso dos estudantes de escola pública ao ensino superior.

Ainda Cássio e Goulart (2022) apontam que o Novo Ensino Médio não fornece formação geral sólida, já que conteúdos e coloca pouco ou nada no lugar, e tampouco forma para o mundo do trabalho, pois oferece qualificação profissional

muito aquém em quantidade e qualidade da Educação Profissional e Tecnológica disponibilizada nas escolas técnicas estaduais e no sistema federal.

Com isso, o desenvolvimento enquanto campo de pesquisa e conhecimento está ligado à produção de conhecimento na área da educação e na prática docente e discente, pois está relacionada ao projeto e ao planejamento nacional. A partir de Cabral; Silva; Silva (2016), é possível afirmar que é a partir das práticas educativas que a ideologia dominante para o desenvolvimento econômico é consolidada, de forma a interferir na política de formação dos profissionais da educação mediante diversos mecanismos dentro do atual cenário educacional, pautado nas mudanças sociais, tecnológicas e econômicas.

O conceito de subdesenvolvimento pode ser relevante ao compreender a história da educação brasileira, como uma face do processo global, mundial de expansão do capitalismo. Para Furtado (1992) há historicamente um predomínio no Brasil de um processo de colonização cultural, radicado nas classes dirigentes locais. Sendo assim, “o desafio político é ganhar poder de comando sobre os centros de decisão, em uma situação em que alguns poucos ‘nichos decisórios’ estão internalizados e a maioria sob controle externo” (Brandão, 2015).

Tal processo pode ser relacionado à compreensão de uma educação crítica e ao trabalho educativo. Segundo Saviani (2003), o trabalho educativo consiste em formar, de maneira direta e intencionalmente, a humanidade presente em cada pessoa, que é construída ao longo da história por todos os seres humanos.

Assim, o foco da educação envolve, por um lado, identificar os aspectos culturais que os indivíduos precisam absorver para se tornarem plenamente humanos e, por outro, encontrar as melhores maneiras de alcançar esse objetivo simultaneamente.

Nesse sentido, a formação histórica do Brasil e da educação básica brasileira apontam para uma expansão da alfabetização e do acesso à escola somente na segunda metade do século XX, em um cenário educacional global marcado pela criação de organismos internacionais, que passaram a planejar políticas educacionais a partir de modelos capitalistas referenciadas em índices de domínio do conhecimento e não uma compreensão necessariamente humanística, social e

política da educação; tais organismos passaram a exercer influência no Brasil (Cabral; Silva; Silva, 2016; Santos, 2011).

Atualmente, a presença das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação na educação levou grandes corporações de tecnologia, conhecidas como “big techs”, desenvolverem e ofertarem produtos digitais que vão desde armazenamento em nuvem até plataformas digitais de ensino para instituições educativas (Evangelista e Gonsales, 2024).

Evangelista e Gonsales (2024) destacam que as mudanças advindas de uma política econômica capitalista de mercado tem difundindo a ideia de educação como “bem comum”, em um sentido que ocorre uma plataformização no setor educacional, que se configura como um processo em que atores privados, já com experiência e domínio de mercado de outros tipos de plataformas digitais, passam a oferecer serviços de comunicação e gerenciamento de dados a instituições educacionais tanto do setor privado quanto público.

Desse modo, é fundamental a reflexão dos possíveis resultados do processo de plataformização e de como tal processo interfere políticas públicas educacionais, tendo em vista que majoritariamente tais plataformas educacionais são de propriedade corporativa e fomentadas por arquiteturas algorítmicas e modelos de negócios (Evangelista e Gonsales, 2024).

Para Saluceste, Alves e Santos (2024), as políticas educacionais do Estado de São Paulo adotadas nas últimas duas gestões do governo estadual revelam desafios estruturais e operacionais que comprometem a efetividade de uma educação inclusiva, tecnológica e integral, tendo em vista que os professores enfrentam condições de trabalho precarizadas e uma crescente falta de autonomia imposta pela plataformização, em que não realizar os ajustes didático-pedagógicos necessários para as aulas propostas pelos materiais digitais.

Método

A metodologia do presente trabalho é de natureza qualitativa, sendo a análise dos materiais didáticos da rede estadual paulista um procedimento de interpretação, pois o seu objetivo final é a compreensão da relação entre educação e desenvolvimento nacional contemporâneo.

O delineamento do trabalho é de pesquisa documental. Foram estudados os materiais slides digitais das disciplinas de Geografia e História propostos pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para a 3ª série do Ensino Médio no ano letivo de 2024.

Foram delimitadas as disciplinas de Geografia e História, de forma a não se investigar os itinerários formativos de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, pois o presente trabalho tem por objetivo um estudo focado nos componentes curriculares básicos e não os criados a partir do Novo Ensino Médio.

Ao todo, foram estudados neste trabalho cem slides digitais, cinquenta slides de Geografia e cinquenta slides de História, a partir dos quais foi estudado a evidência do termo “desenvolvimento” nos materiais digitais (em quarenta e sete destes slides) e sua relação com o trabalho educacional. A partir disto, foi utilizado o software Iramuteq para a realização da análise dos conceitos abordados no material e em como o termo “desenvolvimento” é trabalhado no material didático, em que contextos ele é aplicado e quantas vezes ele é aplicado.

Resultados e Discussão

A partir do estudo dos slides utilizados na rede estadual de São Paulo, identificou-se que História e Geografia têm um cinquenta slides a serem trabalhados por série, divididos em quatorze slides por bimestre nos três bimestres iniciais e oito slides a serem trabalhados no último bimestre.

Ao todo, são 166 usos do termo “desenvolvimento” no material didático. Destaca-se que o termo mais utilizado no material foi “https”, sigla do principal método de transferência de dados entre um navegador e um site utilizado na ampla maioria das pesquisas online, são 275 usos de “https”. Com 274 usos, o termo “Brasil”.

Desse modo, como se observa na imagem 1, torna-se evidente que o material didático do Estado de São Paulo tem a preferência no uso de plataformas digitais frente ao conteúdo curricular, tendo em vista que o termo que mais aparece nos slides é um termo próprio da pesquisa online, somente depois surgem os termos relacionados a Geografia e História.

Tabela 2 – Tabela com o uso do termo “desenvolvimento” nos materiais digitais de História e Geografia - 3ª série da rede estadual de São Paulo

Termo	Evidências
Desenvolvimento sustentável	52
Desenvolvimento	42
Desenvolvimento econômico	19
Desenvolvimento nacional	8
Desenvolvimento industrial	6
Desenvolvimento humano	5
Desenvolvimento socioeconômico	5
Desenvolvimento social	4
Desenvolvimento de energias limpas	4
Desenvolvimento tecnológico	3
Desenvolvimento urbano	3
Desenvolvimento regional	3
Desenvolvimento econômico regional	2
Desenvolvimento geográfico	1
Desenvolvimento responsável	1
Desenvolvimento rural e local	1
Desenvolvimento turístico	1
Desenvolvimento desigual	1
Desenvolvimento das espécies	1

Fonte: Desenvolvido pelos autores.

O foco no "desenvolvimento sustentável" como principal conceito abordado em relação ao termo "desenvolvimento" reforça o alinhamento do material didático às agendas globais, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Embora isso possa ser visto como uma forma de introduzir os alunos às questões ambientais

e econômicas contemporâneas, também aponta para uma limitação no tratamento de outras dimensões do desenvolvimento, como o desenvolvimento humano e social.

Tal alinhamento às discussões propostas por organizações internacionais pode estar relacionada às mudanças empreendidas nas últimas décadas. Como aponta Bruno (2011), a regulação da educação envolve, hoje, múltiplos agentes além do Estado e agências multilaterais, como associações empresariais, organizações transnacionais e ONGs.

A análise dos slides de História e Geografia da rede estadual de São Paulo apresenta uma dependência dos slides para com as plataformas digitais e ferramentas online, com o emprego do termo "https" evidenciando o papel central da tecnologia no contexto educacional atual da rede estadual paulista, em detrimento de outras tecnologias como livros didáticos.

A plataformação na educação tem possibilitado a empresas privadas uma privilegiada atuação no manuseio de dados, que resulta em vantagens econômicas, como indicam Evangelista e Gonsales (2024). O papel de controle, planejamento e gestão de plataformas e tecnologias digitais são novas formas de poder sob a educação. Tendo em vista que esse papel de gestão tem sido desenvolvido historicamente pela sociedade e pelo Estado, por meio da formulação de políticas públicas para o setor.

Pode-se indicar uma priorização do meio digital sobre o aprofundamento temático nas áreas de História e Geografia. Essa ênfase nos mecanismos de pesquisa online pode refletir em desafios à abordagem de conteúdos do currículo educacional de forma crítica e contextualizada, uma vez que a plataforma digital se torna o foco no processo de ensino-aprendizagem e não as relações estabelecidas em sala de aula.

Dias et al. (2024) indicam que o problema principal tem sido o modo de implementação das tecnologias digitais e plataformas, com imposições e falta de diálogo para com a sociedade escolar e, sobretudo, o corpo docente.

No caso do estado de São Paulo, isso é somado à obrigatoriedade do uso dessas plataformas a coerção para o papel de meros fiscalizadores atribuídos à equipe gestora escolar: “quando professores e gestores utilizam a plataforma sem alguma resistência, não significa que apreciem o seu uso, mas sim reflexo de uma carreira fragilizada que sequer oferece condições adequadas de trabalho”.

Considerações finais

As mudanças em curso na educação brasileira têm relação direta com o projeto de desenvolvimento nacional e as imposições do capital. O presente trabalho, ao investigar a relação entre ensino das Ciências Humanas e a teoria do desenvolvimento nos materiais digitais do Estado de São Paulo evidenciou que há um protagonismo das mídias digitais também no conteúdo apresentado pelos materiais digitais.

Dessa forma, a plataformização da educação representa um projeto de desenvolvimento capitalista que está inerentemente relacionado ao capital internacional, ou ainda, a interesses privados de empresas do setor tecnológicos e das “big techs”.

Evangelista e Gonzales (2024) destacam que as plataformas se tornam um ator com relevante poder no campo educacional, já que obtêm informações capazes de orientar processos de formulação de conteúdos e gerenciamento de práticas como nenhum outro. O que, a princípio se demonstra como uma facilitação, mas no fundo direciona para uma padronização do ensino, não considerando as realidades múltiplas da vida escolar.

Historicamente, esse papel de gestão cabe à sociedade organizada e ao Estado, por meio da formulação de políticas públicas educacionais, a partir da coleta de informações públicas e por pesquisas no campo da educação capazes de orientar políticas públicas. Ou seja, a prática usada pela educação paulista corre na contramão do que se estabeleceu como ensino de qualidade.

Em abril de 2024, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo anunciou que planejava iniciar o uso de inteligência artificial na elaboração dos slides utilizados como materiais didáticos. Na ocasião, observa-se que a veiculação da notícia no portal do G1 conta com uma citação que defende a medida do Estado paulista justamente de uma instituição privada que atua na formulação e planejamento de políticas educacionais (G1, 2024).

Desse modo, no atual cenário da educação básica brasileira, a defesa de uma educação pública de qualidade, crítica e autônoma é pauta fundamental àqueles que defendem uma política de desenvolvimento nacional endógena, que seja moderna e

adequada à realidade da globalização contemporânea pela ação da sociedade e não somente pelo interesse de instituições privadas.

Referências

ANTUNES, R. **Da educação utilitária fordista à multifuncionalidade liofilizada.**

In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 38., 2017. São Luís do Maranhão: Anais

Anped. São Luís do Maranhão: UFMA, 2017. p. 1-15. Disponível em:

https://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos/trabalhoencom_38anped_2017_gt11_textoricardoantunes.pdf. Acesso em: 17 out. 2024.

BARROS, R., HENRIQUES, R. e MENDONÇA, R. **Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil:** Desigualdade e Pobreza no

Brasil, IPEA, cap.14, pp.405-423. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2631/1/TD_857.pdf#page=6.10.

Acesso em: 17 out. 2024.

BARROS, R., MENDONÇA, R. **Investimento em educação e desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: IPEA, v. 2, p. 605-614, 1998. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2308/1/td_0525.pdf#page=6.10.

Acesso em: 17 out. 2024.

BRANDÃO, C. E. **(Sub)desenvolvimento, diversidade cultural, criatividade e o desenvolvimento local/ regional no Brasil.** In: BOLAÑO, C. R.S., Cultura e

desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado, 2015, p. 67-92. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/28660/1/BOLA%C3%91O-cultura-e-desenvolvimento-EDUFBA-2015.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

BRUNO, L. Educação e desenvolvimento econômico no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 48, set.-dez. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/BbvHJPJGSYw9TCWrYS7mfmb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2024.

CABRAL NETO, A; SILVA, C. L. M.; SILVA, L. F. M. Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de

professores. **Revista Principia** - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, João Pessoa, n. 32, p. 35-42, dez. 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/1070>. Acesso em: 17 Out. 2024.

CÁSSIO, F.; GOULART, D. C. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 285–293, 2022.

COMITÊ SP: leia posicionamento público em relação ao quadro das políticas educacionais no estado de São Paulo. Disponível em:

<https://campanha.org.br/noticias/2023/09/18/comite-sp-leia-posicionamento-publico-em-relacao-ao-quadro-das-politicas-educacionais-no-estado-de-sao-paulo/>. Acesso em: 17 out. 2024.

CORREIA, J. A., CAMELO, J. **Educação e Desenvolvimento Local**: linhas gerais para um programa de reflexão. 2001 Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/6685/2/82510.pdf>. Acesso em 17 out. 2024.

DIAS, C. E. S. B. et al. **Pesquisa-ação e gerencialismo de plataforma da rede estadual paulista de educação**. Scielo Preprints. 2024. [submetido em 08/05/2024] Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/8882/16598>. Acesso em: 17 out. 2024.

EVANGELISTA, R. A.; GONSALES, P. **A plataformização da educação no Sul Global e seus laços com os atores do capitalismo de vigilância**. In: ALVES, L.; LOPES, D. (org.) Educação e Plataformas Digitais: potencializando saberes, potencialidades e controvérsias. EDUFBA: Salvador, 2024, p. 17-37. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/39372/3/Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20plataformas%20digitais-digital.pdf#page=19>. Acesso em: 17 out. 2024.

FURTADO, C. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 1, 1992. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643307/10831>. Acesso em: 17 out. 2024.

G1. Inteligência artificial para formular material das escolas públicas de SP:

modernização ou risco de erros? Veja análise de especialistas. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2024/04/21/inteligencia-artificial-para-formular-material-das-escolas-publicas-de-sp-veja-analise-de-especialistas.ghtml>. Acesso em: 17 out. 2024.

JÚNIOR, T. A. F., et. al. Os diferentes tipos de mídias digitais integradas ao currículo escolar e universitário. **Aracê**, São José dos Pinhais, v.6,n.2, p.1462-1473, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/736/1067>.

Acesso em 17 out. 2024.

MENDONÇA, B. L.; FÁVERO, R. F. **Centro de mídias SP**: uma ferramenta para educar os estudantes da rede pública para o século XXI. 2020. TCC (Gestão de Políticas Públicas). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/a96be241-602e-4615-b968-5113d18f4888/content>. Acesso em: 17 out. 2024.

PACHECO, A. P. C.; BENINI, E. G. A Economia Criativa em época de crise: o desenvolvimento endógeno brasileiro na obra de Celso Furtado. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 38, n. 2, p. 324-337, 2018. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010131572018000200324&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 out. 2024.

SALUCESTE F.B., et al. **Políticas educacionais no Estado de São Paulo na contemporaneidade**: aprofundando a precariedade do ensino público. 2024. TCC (Ciências Biológicas) - Instituto de Biociências de Botucatu, Universidade Estadual Paulista, Botucatu, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/5e5857ce-1792-45af-abf4-7b4857527686/content>. Acesso em 17 out. 2024.

SANTOS, E. L. **Administração do desenvolvimento**: um campo em busca da relevância ou a relevância em busca de um campo?. 2014. Tese (Doutorado em Administração), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2014.

SANTOS, K. S. **Políticas públicas educacionais no Brasil**: tecendo fios.

Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0271.pdf>. Acesso em: 17 out. 2024.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações.

Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira De Gestão e Desenvolvimento Regional**, 8(2). <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v8i2.679>. Acesso em: 17 out. 2024.